

529 - Edi Claudio Antunes de Souza, CPF 404081088-00, RG 4303687, RS 9588942-01

530 - Jose Augusto Sousa Ferreira, CPF 667201418-72, RG 6918666, RS 9592957-01

531 - Maria Ines Camargo Baltazar, CPF 931278558-34, RG 4801033, RS 9640812-01

532 - Claudia Maria de Oliveira, CPF 001589158-52, RG 3671021, RS 9615325-01

533 - Adelaide Ribeiro Goncalves, CPF 088094078-65, RG 22937574, RS 7085953-03

534 - Nelson Marchini, CPF 272357858-53, RG 3546271, RS 9610327-01

535 - Wilson da Silva, CPF 267960828-34, RG 3709245, RS 9618284-01

536 - Emilio Peres Castilho, CPF 000589488-30, RG 5442598, RS 9613109-01

537 - Paulo Susumu Maeda, CPF 502981008-00, RG 3716683, RS 9615430-01

538 - Maria Aparecida da Silva Ribeiro Soares, CPF 831644648-00, RG 8976196, RS 9654483-01

539 - Jose Cristiano Lobo, CPF 684313418-15, RG 6560277, RS 2768173-02

540 - Elza Maria Gregorato, CPF 850786548-87, RG 5387348, RS 9685303-01

541 - Pedro Camarinha, CPF 766262968-68, RG 4643190, RS 9927724-01

542 - Jose Robinson de Araujo Nudi, CPF 125111708-25, RG 4535016, RS 1624210-02

543 - Sonia Rute Barbosa Damore, CPF 668847308-97, RG 4229137, RS 1486160-05

544 - Agenor Tini Filho, CPF 461712238-91, RG 6067235, RS 2651014-02

545 - Sueli Bernardo, CPF 025068698-83, RG 5991149, RS 9786077-02

546 - Mario Suetada Yamada, CPF 575071718-68, RG 5591430, RS 10306717-01

547 - George Doppler, CPF 393629738-04, RG 3052659, RS 9610637-02

548 - Reinaldo Siqueira, CPF 469267048-72, RG 4161887, RS 10306055-01

549 - Lourdes Rodrigues, CPF 746993268-20, RG 6872910, RS 2832203-02

550 - Vera Lucia Fogaca Mastromauro, CPF 226173938-95, RG 8153843, RS 10313345-01

551 - Maria das Dolres C Pereira, CPF 245576238-67, RG 3677750, RS 8975322-02

552 - Diolino Vieira Silva, CPF 305645148-53, RG 6085972, RS 10329341-01

553 - Humberto Musetti Junior, CPF 328699168-68, RG 3744044, RS 10335493-01

554 - Carlos Henrique de Carvalho, CPF 578871528-87, RG 3661431, RS 10455590-01

555 - Lizete Teodoro Schroeder Araujo, CPF 258688808-11, RG 6382091, RS 8630150-02

556 - Vera Lucia Martins Pereira de Oliveira, CPF 065122248-68, RG 4870935, RS 6489450-02

557 - Wanderley Valentim Lula, CPF 534625648-20, RG 6532381, RS 11105021-01

558 - Roberto Nobuhiko Maruyama, CPF 297530158-87, RG 3302119, RS 11118544-01

559 - Mauro Mikiomi Mine, CPF 366266278-72, RG 3189601, RS 11103553-01

560 - Luciene Peres Levy Ribeiro dos Santos, CPF 021306022-15, RG 56845845, RS 11148238-01

561 - Rosa Maria das Gracias Dias Maximo dos Santos, CPF 579429868-53, RG 5367535, RS 11276368-01

562 - Jose Carlos Rosati, CPF 377030138-20, RG 4407208, RS 11282034-01

563 - Rolando Antonio Yarid, CPF 024944328-71, RG 6873648, RS 11283932-01

564 - Renato Soares de Almeida, CPF 794775268-00, RG 5308848, RS 11407414-01

565 - Celso Paulo Benedito Barbosa, CPF 203586608-15, RG 4972266, RS 11702072-01

566 - Luiz Monteiro, CPF 337611838-87, RG 3950702, RS 8005977-02

567 - Trajano de Oliveira, CPF 498202228-34, RG 4865079, RS 11974354-01

568 - Emanuel Rodrigues da Silva, CPF 046760398-75, RG 4720815, RS 12165943-01

569 - Armino Sigemitsu Arakaki, CPF 863381618-00, RG 5066810, RS 12312990-01

570 - Rosa Maria Buratti, CPF 857736708-87, RG 4432702, RS 7798568-03

571 - Jose Luciano, CPF 330402308-91, RG 3266622, RS 1093150-02

572 - Nelson Candido da Silva, CPF 454749408-82, RG 3837365, RS 13196005-01

DIRETORIA DE BENEFÍCIOS MILITARES

GERÊNCIA DE PENSÕES MILITARES

Portaria SPPREV/DBM 88, de 02-09-2014

Instaura procedimento administrativo destinado a extinguir o benefício de pensão conferida à filha solteira, para fins que menciona, e dá outras providências

O Diretor de Benefícios Militares da São Paulo Previdência - SPPREV, no uso de suas atribuições legais e amparado no inciso X, do artigo 9º, do Regimento Interno da Diretoria Executiva, aprovado pela Deliberação CA-SPPREV-3, de 05-12-2008, RESOLVE:

I - INSTAURAR PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DESTINADO A EXTINGUIR O BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE CONFERIDO À SRA. SANDRA MARIA LUCAS, na qualidade de filha solteira, RG 8.339.650-0 SSP/SP, CPF 947.610.438-49, BENEFÍCIO 50262220, PENSÃO PREVIDENCIÁRIA POR MORTE instituída pelo militar 1º TEN PM RE 62.625-2 GENEROSO LUCAS, falecido em 22-12-1998, com fundamento no artigo 8º inciso III *c/c* o artigo 19 inciso II da Lei Estadual 452/74, sem as alterações trazidas pela Lei Complementar 1.013/2007 e consubstanciado no parecer CJ/PREV 1037/2014, observada as disposições da Lei Estadual 10.177/98, em razão de indícios de constituição de união estável.

II - Esta portaria entrará em vigor a partir da publicação, revogadas as disposições em contrário.

III - Este procedimento será processado pela Gerência de Pensões Militares.

Despacho do Diretor, de 03-09-2014
 Processo Administrativo 93.675/2013
 Procedimento de extinção de benefício de pensão por morte Interessadas: Sra. B. L. A.

Trata o presente expediente de procedimento administrativo destinado à extinção do benefício de pensão 50212796, concedido a Sra. B. L. A, na qualidade de filha solteira, por morte do militar 2º TEN PM RE 59.912-3 JOÃO ALVES, ocorrida em 30-05-1993.

É a síntese, passo a expor.

O referido procedimento aprecia a legalidade da manutenção do benefício com fundamento no inciso III do artigo 8º combinado com o inciso II do artigo 19 da Lei Estadual 452/74, sem as alterações da Lei Complementar 1.013/2007, uma vez que há indícios que comprovam a existência de união estável entre a interessada e o Sr. M. A. B.

Cumpra esclarecer que o benefício, objeto do presente procedimento administrativo permanecerá suspenso até a decisão final, nos termos do art. 60 da lei estadual 10.177/98, com o

intuito de evitar prejuízos de reparação onerosa ou impossível a esta Autarquia.

Por consequente, tendo em vista que a matéria discutida nos autos é de conhecimento da parte interessada, declaro encerrada a fase instrutória.

Publique-se, somente com as iniciais do nome da interessada e documento de identificação e intime-se, nos termos da Lei Estadual n. 10.177/1998, via Ofício com aviso de recebimento em “mão própria” para, querendo, apresente razões finais no prazo de 07 (sete) dias.

Decisões do Diretor De 01-09-2014
 Assunto: Decisão do procedimento administrativo de invalidação de ato de reversão de quota no benefício de pensão por morte.

Benefício 50216596
 Ref. militar falecido: 2º TEN PM RE 66.771-4 José Ramos de Oliveira (falecimento: 23-11-1993)

Interessados: Ieda Ferreira de Oliveira, Norma Zampolo de Oliveira, Josefina Zampolo e Julia Fernandes de Oliveira.

Por meio de procedimento administrativo de invalidação de ato de reversão de quota no benefício de pensão por morte (Processo 32870/2013), foi apurado a irregularidade dos seguintes atos:

1. Ato ocorrido em 02-12-2007 que determinou a reversão da quota atribuída ao beneficiário Welber Fernandes de Oliveira em favor das beneficiárias Ieda Ferreira de Oliveira e Norma Zampolo de Oliveira.

2. Ato ocorrido em 09-11-2010 que determinou a reversão da quota atribuída à beneficiária Norma Zampolo de Oliveira em favor da beneficiária Ieda Ferreira de Oliveira.

Desta forma, com fundamento no artigo 9º §5º da Lei Estadual 452/74 com sua redação alterada pela LC 1.013/2007, bem como, no Parecer CJ/SPPREV 933/2014, integralmente aprovado por esta Diretoria, favorável a invalidação dos atos administrativos, determino:

a) A invalidação do ato administrativo de reversão ocorrido em 02-12-2007 em favor das beneficiárias Ieda Ferreira de Oliveira e Norma Zampolo de Oliveira, quando da exclusão, por perempção, do beneficiário Welber Fernandes de Oliveira;

b) A invalidação do ato administrativo de reversão ocorrido em 09-11-2010 em favor da beneficiária Ieda Ferreira de Oliveira em razão da exclusão, por perempção, da Sra. Norma Zampolo de Oliveira;

c) A reversão da quota em favor da Sra. Julia Fernandes de Oliveira e Josefina Zampolo, e neste último caso, deve ser observado o limite da pensão alimentícia a que faz jus, nos termos do artigo 9º §5º da Lei 452/74 com as alterações trazidas pela Lei Complementar 1013/2007;

d) Publicação da presente decisão em Diário Oficial do Estado de São Paulo;

e) Oficiar os interessados acerca da conclusão do presente procedimento administrativo;

f) Encaminhar o aludido Processo Administrativo para que a SMP elabore planilhas observado o prazo prescricional previsto no § 3º, inciso IV, do artigo 206 do Código Civil a fim de subsidiar o encaminhamento deste para dispensa do Sr. Governador.

g) Após, providenciar expediente de remessa a Casa Civil para eventual dispensa dos valores pelo Sr. Governador do Estado.

Assunto: Extinção de quota parte do benefício de pensão por morte - filha solteira
 Benefício 50236130

Ref. militar falecido: 1º TEN PM RE 79.477-5 Nelson da Silva Ferreira, falecido em 15-01-1996.

Interessada: Sra. Márcia da Silva Ferreira RG: 30.953.517-7 SSP/SP CPF: 213.593.408-90

Por meio de procedimento administrativo de extinção do benefício de pensão por morte (Processo 92568/2013) foi apurado que o benefício da Sra. Márcia da Silva Ferreira, concedido na qualidade de filha solteira do militar, tornou-se irregular por ter sido constatada a existência de união estável com o Sr. Rodrigo Dias Jacomo. Desta forma, com fundamento no inciso III do artigo 8º combinado com o inciso II do artigo 19, ambos da Lei Estadual 452/1974, sem as alterações trazidas pela Lei Estadual Complementar 1.013/2007, bem como na orientação da Consultoria Jurídica emitida no Parecer CJ/SPPREV 1017/2014, integralmente aprovado por esta Diretoria, favorável a extinção do benefício, determino:

a) A extinção do benefício previdenciário da Sra. Márcia da Silva Ferreira, em razão da constituição de união estável após o óbito do militar;

b) A reversão da quota, ora extinta, em favor da cônjuge, Sra. Cecília da Silva Ferreira, conforme art. 9º §5º da Lei 452/74 com as alterações trazidas pela lei 1013/2007.

c) Publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, com a observância de constar somente as iniciais do nome e o documento de identificação da interessada;

d) Oficiar a Sra. Márcia da Silva Ferreira acerca da decisão proferida no presente procedimento administrativo;

e) Desnecessário o encaminhamento do aludido Processo Administrativo à Casa Civil para dispensa de valores, conforme orientação contida no Parecer AJG 398/2013 e Cota CJ/SPPREV 95/2013;

De 02-09-2014
 Assunto: Decisão do procedimento administrativo de invalidação de ato de reversão de quota no benefício de pensão por morte.

Benefício 50224303
 Ref. militar falecido: 2º SGT PM RE 831082-3 Celso Machado Cavalcante (falecimento: 18-09-1994)

Interessados: Renata Serra Machado Cavalcante, Fábio Serra machado Cavalcante, Roberta Serra Machado Cavalcante, Rebeca Serra Machado Cavalcante e Surama de Jesus Serra Silva Cavalcante.

Por meio de procedimento administrativo de invalidação de ato de reversão de quota no benefício de pensão por morte (Processo 74.673/2013), foi apurado a irregularidade dos seguintes atos:

1. Ato ocorrido em 02-02-2011 em favor dos beneficiários Renata Serra Machado Cavalcante, Fábio Serra Machado Cavalcante, Roberta Serra Machado Cavalcante e Rebeca Serra Machado Cavalcante que, na qualidade de filhos, obtiveram suas quotas-partes de pensão majorada de 10% para 12,50%, a contar de 30-01-2011, quando foi excluído, por atingir a maioria de previdenciária (21 anos), o beneficiário Bruno Serra Machado Cavalcante;

2. Ato ocorrido em 28-03-2011 em favor das beneficiárias Renata Serra Machado Cavalcante, Roberta Serra Machado Cavalcante e Rebeca Serra Machado Cavalcante que obtiveram suas quotas-partes majoradas de 12,50% para 16,66%, quando foi excluído, por atingir a maioria de previdenciária (21 anos), o beneficiário Fábio Serra Machado Cavalcante.

Desta forma, com fundamento no artigo 9º §5º da Lei Estadual 452/74 com sua redação alterada pela LC 1.013/2007, bem como, no Parecer CJ/SPPREV 1010/2014, integralmente aprovado por esta Diretoria, favorável a invalidação dos atos administrativos, determino:

a) A invalidação do ato administrativo de reversão ocorrido em 02-02-2001 em favor dos beneficiários Renata Serra Machado Cavalcante, Fábio Serra Machado Cavalcante, Roberta Serra Machado Cavalcante e Rebeca Serra Machado Cavalcante;

b) A invalidação do ato administrativo de reversão ocorrido em 28-03-2011 em favor das beneficiárias Renata Serra Machado Cavalcante, Roberta Serra Machado Cavalcante e Rebeca Serra Machado Cavalcante;

c) Publicação da presente decisão em Diário Oficial do Estado de São Paulo;

d) Oficiar os interessados acerca da conclusão do presente procedimento administrativo;

e) Encaminhar o aludido Processo Administrativo para que a SMP elabore planilhas observado o prazo prescricional previsto no § 3º, inciso IV, do artigo 206 do Código Civil a fim de subsidiar o encaminhamento deste para dispensa do Sr. Governador.

f) Após, providenciar expediente de remessa a Casa Civil para eventual dispensa dos valores pelo Sr. Governador do Estado.

Assunto: Decisão do procedimento administrativo de invalidação de ato de reversão de quota no benefício de pensão por morte.

Benefício 50262416
 Ref. militar falecido: MAJ PM RE 77.199-6 Rubens Ferrari (falecimento: 07-12-1998)

Interessados: Benedita Batista de Carvalho Ferrari e Beatriz de Carvalho Ferrari

Por meio de procedimento administrativo de invalidação de ato de reversão de quota no benefício de pensão por morte (Processo 47383/2013), foi apurada a irregularidade do ato ocorrido em 29-05-2003 que determinou a reversão da quota atribuída ao beneficiário Enzo de Carvalho Ferrari em favor da beneficiária Beatriz de Carvalho Ferrari.

Desta forma, com fundamento no artigo 9º §2º da Lei Estadual 452/74 com sua redação original, bem como, no Parecer CJ/SPPREV 971/2014, integralmente aprovado por esta Diretoria, favorável a invalidação do ato administrativo, determino:

a) A invalidação do ato administrativo de reversão ocorrido em 29-05-2003 em favor da beneficiária Beatriz de Carvalho Ferrari quando da exclusão, em razão da conclusão de curso universitário, do beneficiário Enzo de Carvalho Ferrari;

b) A reversão da quota em favor da Sra. Benedita Batista de Carvalho Ferrari, nos termos do artigo 9º §2º da Lei 452/74 sem as alterações trazidas pela Lei Complementar 1013/2007;

c) Publicação da presente decisão em Diário Oficial do Estado de São Paulo;

d) Oficiar as interessadas acerca da conclusão do presente procedimento administrativo;

e) Encaminhar o aludido Processo Administrativo para que a SMP elabore planilhas observado o prazo prescricional previsto no § 3º, inciso IV, do artigo 206 do Código Civil a fim de subsidiar o encaminhamento deste para dispensa do Sr. Governador.

f) Após, providenciar expediente de remessa a Casa Civil para eventual dispensa dos valores pelo Sr. Governador do Estado.

De 03-09-2014
 Assunto: Decisão do procedimento administrativo de invalidação do ato de reversão de quota no benefício de pensão por morte

Benefício 50326812
 Ref. militar falecido: 2º TEN PM RE 64.854-0 BENEDITO MARIANO DA SILVA

Interessada: Sra. Idalina Maria Silva

Por meio de procedimento administrativo de invalidação do ato de reversão de quota no benefício de pensão por morte (Processo 49.406/2014), foi apurada a irregularidade do ato que majorou a quota de pensão de 18% para 100%, em favor da Sra. Idalina Maria Silva, quando a Sra. Maria Edwirges da Silva foi excluída por ter constituído união estável, ambas na qualidade de filhas do militar. Desta forma, com fundamento no artigo 9º §5º da Lei Estadual 452/74 com as alterações trazidas pela Lei Estadual Complementar 1.013/2007, bem como no Parecer CJ/SPPREV 1038/2014, integralmente aprovados por esta Diretoria, favorável a invalidação do ato administrativo, determino:

a) A invalidação do ato administrativo de reversão ocorrido em 17-11-2009 em favor da beneficiária Sra. Idalina Maria Silva, ficando o benefício partilhado como segue:

- Idalina Maria Silva 18%

b) Publicação da presente decisão em Diário Oficial do Estado de São Paulo;

c) Oficiar a interessada acerca da conclusão do presente procedimento administrativo;

d) Encaminhar o aludido Processo Administrativo para que a SMP elabore planilhas, observando o prazo prescricional previsto no § 3º, inciso IV, do artigo 206 do Código Civil, conforme orientação da Consultoria Jurídica emitida nos Pareceres PA 28, 31, 71 e 75/2007 e CJ/SPPREV 1038/2014, a fim de subsidiar o encaminhamento deste para dispensa do Sr. Governador;

e) Após, providenciar expediente de remessa a Casa Civil para eventual dispensa dos valores pelo Sr. Governador do Estado.

Despachos do Diretor, de 03-09-2014
 Exclusão de Habilitação por Falecimento
 REF.: setembro - EXERCÍCIO 2014

ORDEM	NOME DO MILITAR FALECIDO	BENEFICIÁRIO	COD BENE-FÍCIO
1	Hometaro Moraoka	Maria Setuko Moraoka	50223137
2	Darcy Lima	Sueli Lima	50106440
3	João Teixeira Lima	Maria Helena Page Lima	50173099
4	José Miguel Coiado	Olinda Alves Coiado	50197807
5	Geraldo Navarro Pinheiro	Maria Aparecida Navarro	50314564
6	Júlio Mafra	Aparecida de Almeida Mafra	50061470
7	José Belmiro	Alzira Belmiro	50211651
8	Audenil Blumer	Rosina do Nascimento Blumer	60318501
9	José Benedito da Silva	Wanda Rodrigues de Moura da Silva	50303814
10	João Campo Soto	Catarina da Silva Soto	50295605
11	José Do Nascimento	Georgina Mathias do Nascimento	50070754
12	Lauro Torres de Rezende	Maria Regina Barbosa de Rezende	50150677

Exclusão de Habilitação por Casamento
 REF.: setembro - EXERCÍCIO 2014

ORDEM	NOME DO MILITAR FALECIDO	BENEFICIÁRIO	COD BENE-FÍCIO
1	Júlio César Gomes	Valquíria Almeida Gomes	50281062

INSTITUTO DE PAGAMENTOS ESPECIAIS DE SÃO PAULO

Extrato de Contrato
 Contratante: Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo.

Contratada: Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp
 Objeto: Sistema de Controle de Patrimonial - SCPw.
 Processo IP. 4439/2014
 Dotação: 33.90.39.11 - Serviços prestados pela Prodesp.
 Vigência: 15 meses
 Valor: R\$ 19.920,00, sendo: R\$ 5.444,80 para o exercício de 2014 e R\$ 14.475,20 para o exercício de 2015.
 Data de assinatura: 28-08-2014.

Extrato do 1º Termo de Aditamento ao Contrato
 Contratante: Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo

Contratada: Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp.

Objeto do Aditamento: Prorrogação da vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, abrangendo agora o período de 28-08-2014 a 27-08-2015.

Objeto Contratual: Sistema de Criação de Domínio de Correio Eletrônico - "Notes".

Processo IP. 7160/2013
 Dotação: 3390.39.11 - Serviços prestados pela Prodesp.
 Valor: R\$ 80.199,64 sendo: R\$ 35.962,65 para o exercício de 2014 e R\$ 44.236,99 para o exercício de 2015.
 Data de assinatura: 27-08-2014.

Extrato do 4º Termo de Aditamento ao Contrato.
 Contratante: Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo

Contratada: Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp.

Objeto do Aditamento: Prorrogação da vigência pelo prazo de 15 (quinze) meses, abrangendo agora o período de 22-08-2014 a 21-08-2015.

Objeto Contratual: Sistema de informática - Folha de Pagamento dos servidores do IPESP.

Processo IP. 512063/2010
 Dotação: 3390.39.11 - Serviços prestados pela Prodesp.
 Valor: R\$ 17.730,69 sendo: R\$ 7.750,21 para o exercício de 2014 e R\$ 9.980,48 para o exercício de 2015.
 Data de assinatura: 20-08-2014.

Despacho do Superintendente, de 03-09-2014
Ratificando, nos termos do artigo 26 da Lei 8.666/93, a dispensa de licitação declarada pela Chefia de Gabinete às fls. 120, para contratação da COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP, para a contratação de sistema de administração de materiais.

Agricultura e Abastecimento

GABINETE DA SECRETÁRIA

Despacho do Secretário Adjunto, de 3-9-2014
Autorizando, em caráter excepcional como facultado pelo parágrafo 2º, do Artigo 8º do Decreto 48.292/03, o pagamento, no mês de setembro/2014, aos funcionários abaixo relacionados, de diárias acima do limite regulamentar e respeitando o valor correspondente à 1 vez à retribuição mensal dos convocados na seguinte conformidade: José Antonio Antoneli, RG 6.906.371-0, Oficial de Apoio Agropecuário IV, Efetivo, convocação para prestar serviços inerentes à função no DRHU. 04 Diárias com pernoite fora da sede sem alojamento de Santo Antonio do Jardim para São Paulo e regresso após as 19h. Processo SAA 1.980/2014.

Retificação do D.O. de 2-8-2012
 Referente à Resolução SAA 57, de 01-08-2012. Onde se lê: II – Das Coordenadorias: Leia-se: III – Das Coordenadorias:

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Despacho do Diretor, de 29-8-2014
 Considerando o disposto no § 8º, do artigo 65, da Lei Federal 8.666/93 e §§ 7º e 8º, do artigo 62, da Lei Estadual 6.544/89, conforme Resolução SAA 50, de 20-09-2007, autorizo o reajuste, bem como aprovo a apostila para reajustamento de preços do Contrato DA 06/2011 celebrado com a empresa IS Serviços Integrados Ltda – ME, para a prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial no Centro Estadual da Agricultura – CEA, na Capital, à vista do demonstrativo de cálculos às fls. 985/986, constante dos autos (PSAA 284/2011).

GRUPO DE TRABALHO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS

Extratos de Convênios
 Processo SAA 8.146/2014
 Participes: Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento/CATI e a Fundação Municipal de educação e Cultura de Santa Fé do Sul - FUNEC.
 Objeto: Desenvolvimento de atividades de estágio obrigatório para alunos do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, junto a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI.
 Vigência: 05 anos a partir da data de sua assinatura.
 Data de assinatura: 03-09-2014
 Parecer CJ 590/14
 Processo SAA 6.163/2014
 Participes: Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento/CATI e a Faculdades Integradas de Bauru – FIB.
 Objeto: Desenvolvimento de atividades de estágio obrigatório para alunos do curso de Agronomia, junto a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI.
 Vigência: 05 anos a partir da data de sua assinatura.
 Data de assinatura: 03-09-2014
 Parecer CJ 412/14
 Processo SAA 9.836/2014
 Participes: Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento/APTA e o Instituto Educacional Jaguary Ltda. FAJ

Objeto: Desenvolvimento de atividades